

## ATA DA 11.ª REUNIÃO DO CONSELHO DAS ESCOLAS

31 de outubro de 2019

Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e dezanove, nos termos do n.º 2 do art.º 12.º do Decreto-Regulamentar n.º 5/2013, de 29 de agosto, reuniu, em sessão ordinária, pelas onze horas, o Plenário do Conselho das Escolas, no Centro de Caparide em S. Domingos de Rana, sob a presidência de José Eduardo Lemos, a fim de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos, conforme convocatória de dezassete de outubro: \_\_\_\_\_

**Ponto um** – Tomada de posse do novo elemento do Conselho \_\_\_\_\_

**Ponto dois** – Discussão e aprovação da ata da reunião anterior \_\_\_\_\_

**Ponto três** – Despacho nº 7247/2019 de 16 de agosto (implementação do previsto no nº 1 do artigo 12º da Lei nº 38/2018, de 7 de agosto), apreciação e votação de proposta de recomendação da Comissão Permanente \_\_\_\_\_

**Ponto quatro** – Despacho nº 6147/2019 de 4 de julho – Linhas orientadoras para a organização de atividades a desenvolver pelas escolas, apreciação e votação de proposta de recomendação da Comissão Permanente \_\_\_\_\_

**Ponto cinco** – Indicação do representante no Conselho Consultivo da Estrutura de Missão para a Promoção do Sucesso Escolar \_\_\_\_\_

**Ponto seis** – Assuntos Diversos \_\_\_\_\_

Estiveram presentes os conselheiros Amílcar Francisco Albuquerque dos Santos, Ana Cláudia Cohen G. B. Caseiro G. Domingos, Anabela Henriques de Matos Soares, António Manuel M. Castel-Branco Ribeiro, António Ventura dos Santos Pinto, Fátima do Céu Carola Moreira Pinto, Fernando Filipe de Almeida, Francisco Manuel Cortez B. La Féria e Oliveira, Idalécio Lourenço dos Santos Nicolau, João Alberto Chaves Caiado Rodrigues, João Manuel Esteves Dias Andrade, Joaquim Tomaz, Jorge Manuel de Sousa do Nascimento, José Alfredo Rodrigues Mendes, José António de Sousa, José Eduardo Lemos de Sousa, José Manuel Batista Carreira, Margarida Ana Valente Fonseca, Maria Celeste Gonçalves Simões de Sousa, Maria José Lopes Albuquerque Passos Ascensão, Maria Júlia Ferreira Gradeço, Maria Manuela Vieira Machado, Renato Jesus Madeira Alves e Rosalina de Jesus Rodrigues Pinheiro, num total de vinte e quatro. Faltaram à reunião os conselheiros Carlos Jorge Pires Percheiro, Fernando Paulo Mateus Elias e Lucinda Maria Mendes Ferreira. \_\_\_\_\_

**Ponto um** - Tomada de posse do novo elemento do Conselho \_\_\_\_\_

O Presidente deu conhecimento ao Plenário de que o Conselheiro João Manuel Ascensão Belém havia apresentado renúncia ao mandato em dez de outubro de dois mil e dezanove, pelo que, em consequência, nos termos e para os efeitos do artigo 7º do Decreto

Regulamentar nº 5/2013, de 29 de agosto, chamou para tomar posse neste órgão o elemento que se seguia na lista A do QZP 5, Renato Jesus Madeira Alves, Diretor do Agrupamento de Escolas de Manteigas, do Quadro de Zona Pedagógica Cinco, o qual tomou posse na presente reunião. \_\_\_\_\_

O Presidente deu as boas vindas ao novo conselheiro e convidou-o a fazer uma intervenção inicial. O conselheiro empossado saudou o plenário e declarou a sua disponibilidade e empenho para trabalhar com os restantes conselheiros. \_\_\_\_\_

**Ponto dois** – Discussão e aprovação da ata da reunião anterior. \_\_\_\_\_

Depois de discutida a proposta de ata da reunião de vinte e cinco de setembro de dois mil e dezanove, previamente enviada a todos os conselheiros, a mesma foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade pelos elementos presentes na reunião anterior. \_\_\_\_\_

**Ponto três** – Despacho nº 7247/2019 de 16 de agosto (implementação do previsto no nº 1 do artigo 12º da Lei nº 38/2018, de 7 de agosto – identidade e expressão de género), apreciação e votação de proposta de recomendação da Comissão Permanente. \_\_\_\_\_

O Presidente começou por apresentar em síntese a configuração do texto da proposta de Recomendação e abriu de seguida a discussão ao plenário. \_\_\_\_\_

A Conselheira Fátima Pinto iniciou a discussão, declarando subscrever o texto da Recomendação e afirmando ainda que neste assunto tem de imperar o bom senso e estar-se atento às situações que possam surgir no dia a dia. \_\_\_\_\_

O Conselheiro António Castel-Branco considerou que este assunto era extemporâneo e que o Conselho das Escolas não deveria fazer uma recomendação pública sobre o mesmo, até porque tal não havia sido solicitado pelo Ministério da Educação. \_\_\_\_\_

O Conselheiro Amílcar Santos declarou discordar do Conselheiro António Castel-Branco afirmando que considerava muito importante que o Conselho das Escolas tomasse posição sobre o assunto, pois isso evidenciava a preocupação relativamente ao assunto e era possível que o Ministério da Educação pudesse aproveitar as recomendações emitidas pelo Conselho para ajudar à clarificação do diploma. Declarou ainda concordar com o teor da proposta de recomendação. \_\_\_\_\_

O Conselheiro Francisco La Féria disse estar preocupado com a interpretação da própria lei e estar dividido sobre qual a posição a tomar no que respeita à Recomendação. Considera que compete às escolas dar a resposta adequada, de acordo com a sua realidade. \_\_\_\_\_

A Conselheira Ana Cohen considerou ser pertinente a discussão, mas considerando que os pais e os professores não foram ouvidos e o Ministério da Educação não nos solicitou opinião acha que é extemporâneo o Conselho das Escolas tomar posição. \_\_\_\_\_

A Conselheira Anabela Soares é de opinião que devemos apresentar recomendações sobre a matéria, especialmente centradas nas medidas organizativas e nos procedimentos a ter perante as situações de expressão de género. \_\_\_\_\_

O Conselheiro João Andrade considera perfeitamente legítimo que o Conselho apresente a Recomendação, pois faz todo o sentido que nos pronunciemos sobre procedimentos que as escolas terão de executar. \_\_\_\_\_

O Conselheiro António Ventura disse subscrever a Recomendação e afirmou ainda que o Conselho tem de ter agenda própria, independentemente de não nos ter sido pedido qualquer parecer. O Conselho representa as escolas e considera que não podemos ficar limitados por assuntos mais ou menos melindrosos. \_\_\_\_\_

A Conselheira Maria Celeste Sousa disse que o Conselho representa os Diretores e que temos discutido assuntos que preocupam as escolas. Referiu ainda que já tomámos posição sobre



assuntos que o Ministério nos pediu e sobre outros que decidimos autonomamente tomar posição. Considera que este tema foi tratado de forma chocante no espaço político, mas as escolas têm dado a resposta adequada às situações que vão surgindo. Afirmou ainda existirem questões mais graves para dar resposta e para serem objeto de discussão, como é o caso dos Planos de Inovação. Disse ainda não entender qual o critério para a definição da agenda do Conselho das Escolas e considera que estamos a entrar em agendas políticas. \_\_\_\_\_

A Conselheira Maria Júlia Gradeço considera que esta discussão é extemporânea e que os professores que representa consideraram este assunto como não relevante. Disse ainda que questões como a organização da carreira e a avaliação de desempenho docente deveriam constar da nossa agenda, sendo temáticas muito mais pertinentes. \_\_\_\_\_

A Conselheira Maria Manuela Machado afirmou rever-se na opinião expressa pela Conselheira Maria Celeste Sousa. \_\_\_\_\_

O Conselheiro José Alfredo Mendes considera que da aplicação do normativo legal resulta um problema para as escolas e entende que o Conselho das Escolas se deve pronunciar sobre todas as questões que entender, relativas à Educação e às escolas. \_\_\_\_\_

O Conselheiro Renato Alves considerou que as Recomendações propostas tinham caráter eminentemente técnico e podiam ser consideradas tímidas e não ideológicas. Considerou ainda que a Escola está a ser atacada e nós temos a obrigação de a defender a nível ideológico.

O Conselheiro Amílcar Santos considerou que constando do ponto três da ordem de trabalhos desta reunião a proposta de Recomendação apresentada pela Comissão Permanente os membros do Conselho têm toda a liberdade para se pronunciar. Foi ainda de opinião que estando a escola a ser palco de guerrilhas internas e externas é perfeitamente legítimo e apropriado que este Conselho se pronuncie sobre este assunto. \_\_\_\_\_

O Conselheiro Jorge Nascimento afirmou que todos temos preocupações comuns e embora este assunto não seja a sua prioridade, é o mesmo que está a ser discutido em muitas escolas e no espaço mediático, pelo que concorda com a proposta de Recomendação.

O Conselheiro João Caiado interveio afirmando concordar com a proposta de Recomendação.

O Presidente tomou a palavra e afirmou que, embora não possa falar por nenhum dos seus membros, individualmente, pode garantir que não existe qualquer agenda política por parte do Conselho das Escolas para além da defesa das escolas. Da mesma forma que não existe agenda política, também não existem assuntos tabu, muito menos se às escolas disserem respeito. A legislação com mais relevo para as escolas, publicada desde a última reunião, foi aquela que mereceu a atenção da Comissão Permanente e que é objeto das duas recomendações trazidas a este Plenário. Tratou-se, portanto, de trazer para a agenda desta reunião dois assuntos da atualidade que dizem respeito à organização e funcionamento das escolas. Como, aliás, sempre tem feito o Conselho que, das grandes questões que preocupam as escolas, apenas não se debruçou ainda sobre a temática da indisciplina e violência em meio escolar e sobre a recente falta de professores. Todos os restantes temas que aqui foram referidos pelos vários conselheiros e conselheiras que intervieram foram já objeto de discussão e tomadas de posição por parte deste Conselho. \_\_\_\_\_

Não havendo mais intervenções o Presidente pôs à votação a proposta de Recomendação n.º 01/2019, a qual foi aprovada com vinte e um votos a favor e três votos contra dos conselheiros Ana Cohen, Maria Celeste Sousa e António Castel-Branco, que apresentaram as declarações de votos os, que a seguir se transcrevem: \_\_\_\_\_

*«As conselheiras Ana Cláudia Cohen e Maria Celeste Sousa votaram contra a recomendação n.º1/2019, porquanto consideram que: \_\_\_\_\_*



- a mesma é extemporânea face à temática e timing, não correspondendo às grandes preocupações das escolas nem dos respetivos diretores que os conselheiros representam, considerando que a sua discussão é fraturante e por consequência inoportuna. \_\_\_\_\_

- existem incongruências em: \_\_\_\_\_

a. afirmações constantes do preâmbulo e articulado prévio às recomendações, gratuitas e fora de âmbito deste conselho (preâmbulo) e uma interpretação subjetiva da lei (articulado referente aos mecanismos de deteção e intervenção); \_\_\_\_\_

b. considerações sobre a formação dos membros da comunidade educativa, que em sede de recomendação não teve qualquer proposta. \_\_\_\_\_

Ressalvam ainda, que as recomendações proferidas pouco acrescentam ao funcionamento das escolas e que as 4 páginas que antecedem as mesmas podem vir a alimentar o circo mediático com o qual não se identificam». \_\_\_\_\_

“Votei contra a aprovação da recomendação, por a considerar extemporânea. António Castel-Branco”. \_\_\_\_\_

**Ponto quatro** – Despacho nº 6147/2019 de 4 de julho – Linhas orientadoras para a organização de atividades a desenvolver pelas escolas, apreciação e votação de proposta de recomendação da Comissão Permanente \_\_\_\_\_

O Presidente começou por apresentar em síntese a configuração do texto da proposta de Recomendação n.º 02/2019, relativa às “Linhas orientadoras para a organização de atividades a desenvolver pelas escolas”, realçando o facto de esta se centrar nas questões mais relevantes do despacho, nomeadamente o conceito de “atividades no exterior”, o rácio obrigatório de acompanhantes e as deslocações ao estrangeiro. De seguida abriu a discussão ao plenário. \_\_\_\_\_

O Conselheiro João Andrade levantou a questão de como atuar em caso de existir algum acidente durante a atividade no exterior. \_\_\_\_\_

A Conselheira Maria José Ascensão afirmou não ser lógico que se peça ao Encarregado de Educação que autorize cada vez que se processa uma aula de orientação e mobilidade de alunos cegos. \_\_\_\_\_

O Conselheiro António Ventura considerou que o diploma legal não tem em conta as realidades específicas das escolas. \_\_\_\_\_

O Conselheiro Joaquim Tomaz acrescentou que o Despacho impõe prazos totalmente desadequados. \_\_\_\_\_

O Conselheiro António Castel-Branco informou que aplica o Despacho apenas a visitas de estudo. \_\_\_\_\_

Não havendo mais intervenções o Presidente pôs à votação a proposta de Recomendação n.º 02/2019, a qual foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

**Ponto cinco** – Indicação do representante no Conselho Consultivo da Estrutura de Missão para a Promoção do Sucesso Escolar. \_\_\_\_\_

Nos termos da alínea e) do n.º 11 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016, de 11 de abril, o Conselho das Escolas tem direito a indicar um representante no Conselho Consultivo da Estrutura de Missão para a Promoção do Sucesso Escolar. O representante do Conselho das Escolas nesta Estrutura era o ex-conselheiro Luís Henrique Fernandes que, por ter cessado o mandato neste Conselho, torna-se necessário substituir. O Presidente sublinhou o facto de, sendo a Resolução do Conselho de Ministros de 2016 e estando a Estrutura de Missão a funcionar desde esse ano, também deveria estar em funcionamento o Conselho Consultivo,



todavia, segundo julga saber, este ainda não está em funcionamento uma vez que os seus membros nunca foram chamados para tomar posse do cargo. \_\_\_\_\_

Feita esta ressalva, convidou os elementos do Conselho interessados em representar o órgão no referido Conselho Consultivo a apresentarem candidatura. Assim, apresentaram-se os Conselheiros Amílcar Francisco Albuquerque dos Santos e António Manuel M. Castel-Branco Ribeiro. Após votação, por voto secreto, foram apurados os seguintes resultados: um voto branco, dezasseis votos no Conselheiro Amílcar Francisco Albuquerque dos Santos e sete votos no Conselheiro António Manuel M. Castel-Branco Ribeiro, tendo sido escolhido para representar este órgão no Conselho Consultivo da Estrutura de Missão para a Promoção do Sucesso Escolar, o conselheiro Amílcar Francisco Albuquerque dos Santos. \_\_\_\_\_

#### **Ponto seis – Assuntos Diversos** \_\_\_\_\_

Neste ponto da ordem de trabalhos o Presidente começou por ler a mensagem que havia recebido do representante do Diretores dos CFAE de Lisboa e Vale do Tejo, onde é manifestada a grande preocupação com a operacionalização do processo de Avaliação do Desempenho Docente. \_\_\_\_\_

Seguidamente, leu a mensagem da Associação de pais da EB1 de Telheiras sobre a distribuição gratuita de manuais escolares. \_\_\_\_\_

O Presidente informou ainda do convite da CONFAP para participar no dia 30 de novembro, em Carcavelos, num seminário dedicado à avaliação e progressão dos alunos e ao acesso ao ensino superior.

Deu conhecimento ainda do convite formulado pela Microsoft para que integrasse, em nome do conselho das Escolas, o Conselho Consultivo de *Build Brighter Futures*, que aceitou. \_\_\_\_\_

O Conselho foi ainda informado da participação do Presidente nos VI Encontros de Outono da UTAD em dezanove de outubro sobre Organização Escolar, Autonomia e Flexibilidade Curricular e numa Mesa Redonda sobre Infeções Hospitalares, a convite do Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga em vinte e quatro de outubro, no Europarque em Santa Maria da Feira. \_\_\_\_\_

Por fim o Presidente propôs ao plenário a aprovação de um voto de saudação ao Senhor Ministro da Educação e à sua nova equipa, manifestando o desejo dos maiores sucessos no exercício das suas funções. A proposta foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

Seguidamente foi dada a palavra aos Conselheiros que pretendessem intervir neste ponto da ordem de trabalhos. \_\_\_\_\_

A Conselheira Maria Júlia Gradeço informou da sua preocupação com o concurso de integração do PREVPAP. \_\_\_\_\_

O Conselheiro Idalécio Nicolau relatou das suas dificuldades com a contratação de professores e com a plataforma da DGAE da progressão na carreira. Referiu ainda os constrangimentos dos Centros de Formação de Associação de Escolas relativamente ao número de professores a avaliar e ao financiamento. \_\_\_\_\_

O Conselheiro Francisco La Féria apresentou as suas preocupações com a carência de professores em determinados grupos de recrutamento, com os rácios inadequados do pessoal não docente e com a falta de pagamento das deslocações aos professores que dão aulas nas várias escolas do agrupamento. \_\_\_\_\_

O Conselheiro Fernando Almeida deu conta da atividade do Conselho Nacional de Educação, que tem sido bastante reduzida. Informou ainda da sua participação com o Conselheiro Carlos Percheiro numa comissão especializada que está a preparar uma recomendação sobre Pessoal Não Docente. Relativamente às deslocações dos professores entre as escolas do Agrupamento



declarou ter recebido do IGEFE resposta que vai no sentido de haver pagamento se existir serviço no mesmo dia em duas escolas diferentes e se houver verba no orçamento. \_\_\_\_\_

O Conselheiro Joaquim Tomaz apresentou ao Conselho as suas preocupações com o financiamento dos Cursos Profissionais, dos CEF e ainda das escolas-sede de Centros de Formação. \_\_\_\_\_

A Conselheira Anabela Soares apresentou as suas preocupações com as seguintes questões: a substituição dos Assistentes Operacionais em baixa médica prolongada, o financiamento dos Cursos Profissionais, o Portal de Matrículas, a gestão da rede escolar e a mobilidade por doença. Referiu ainda a necessidade de uma campanha pública sobre a reutilização dos manuais escolares. \_\_\_\_\_

O Conselheiro António Castel-Branco deu conta do problema que resultava das faltas dos professores, na qualidade de avaliadores externos, que tinham de se deslocar a outras escolas para observar aulas e considera que o Conselho devia tomar posição sobre esta questão. Referiu ainda a falta de professores em diversos grupos de recrutamento como um constrangimento ao normal funcionamento do ano letivo. \_\_\_\_\_

O Conselheiro Amílcar Santos referiu as consequências nefastas para as escolas do atual processo de progressão na carreira. \_\_\_\_\_

A Conselheira Maria José Ascensão informou da sistemática não validação por parte da DGESTE de pedidos de horários nos grupos de recrutamento novecentos e dez, novecentos e vinte e novecentos e trinta e os prejuízos de tal facto para o seu Agrupamento. \_\_\_\_\_

O Conselheiro João Andrade referiu mais uma vez os constrangimentos e prejuízos para os alunos com a falta de professores e com as faltas dos avaliadores externos. \_\_\_\_\_

O Presidente tomou a palavra para reforçar a justa preocupação de muitas escolas com a falta de professores em vários grupos de recrutamento, com óbvios prejuízos para os alunos. Propôs e foi aceite por todos os presentes que se convidasse o senhor Ministro de Educação e a sua equipa para participar numa reunião do Conselho, de forma a poder ouvir todas as preocupações dos Conselheiros e, de viva voz, dar-lhes a resposta mais adequada. Não se registando mais intervenções, o Presidente deu por encerrada a sessão pelas dezassete horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, Margarida Ana Valente Fonseca, que a secretariei, e por José Eduardo Lemos, que presidiu.

Margarida Ana Valente Fonseca \_\_\_\_\_

José Eduardo Lemos \_\_\_\_\_

